

# DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DO MAPA NO ESTÍMULO ÀS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS EM SANTA CATARINA

*Sustainable territorial development: the experience of the MAPA in stimulus to the geographical indications in Santa Catarina*

Valdinho Pellin

# DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DO MAPA NO ESTÍMULO ÀS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS EM SANTA CATARINA

*Sustainable Territorial Development: the Experience of The MAPA in the Stimulus to the Geographical Indications in Santa Catarina*

Valdinho Pellin

**Resumo:** Recentemente têm se discutido contribuições que Indicações Geográficas (IGs) poderiam oferecer ao Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). IGs surgiram na antiguidade para garantir a origem dos produtos e conforme ganhavam notoriedade passaram a diferenciar não apenas produtos, mas também territórios e a incorporar vantagens, sobretudo na dimensão econômica, entretanto não se restringindo a esta. Um dos atores mais importantes no estímulo a IGs no Brasil é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Neste contexto, o artigo se propõe a discutir a relação entre IGs e DTS a partir de três objetivos: (i) caracterizar as IGs identificando suas contribuições para o DTS; (ii) identificar a atual metodologia de trabalho do MAPA/SC em relação as IGs; e (iii) relacionar a metodologia de trabalho do MAPA/SC com o estímulo ao DTS. Metodologicamente o artigo se ancora em uma pesquisa exploratória, quanto aos fins e um estudo de caso, quanto aos meios. Concluiu-se que a atual metodologia de trabalho utilizada pelo MAPA/SC pode ser considerada a expressão intencional de que IGs podem produzir DTS.

**Palavras-chaves:** Indicação Geográfica. Desenvolvimento Territorial Sustentável. MAPA. Santa Catarina.

**Abstract:** *Recently, contributions that Geographical Indications (GIs) could offer to Sustainable Territorial Development (STD) have been discussed. GIs appeared in antiquity to guarantee the origin of the products and as they gained notoriety they began to differentiate not only products, but also territories and to incorporate advantages, mainly in the economic dimension, however not being restricted to this one. One of the most important actors in stimulating GIs in Brazil is the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA). In this context, the article proposes to discuss the relationship between GIs and DTS from three objectives: (i) characterize GIs by identifying their contributions to DTS; (ii) to identify MAPA's current work methodology in relation to GIs; and (iii) relate the MAPA methodology to the STD stimulus. Methodologically the article is anchored in an exploratory and a case study. It was concluded that the current work methodology used by MAPA can be considered the intentional expression that GIs can produce STD.*

**Keywords:** *Geographical Indication. Sustainable Territorial Development. MAPA. Santa Catarina.*

**JEL:** Q 28

## INTRODUÇÃO

Território inicialmente sinônimo de solo, ambiente, espaço (RATZEL, 1990) passa a ser visto sob a perspectiva do território construído (PECQUEUR, 2005), resultado das ações de atores locais, marcado por relações de poder (RAFESTIN, 1993) das mais variadas formas e compreendido principalmente a partir de seus usos. A evolução de seu conceito considera atores locais como parte integrante dos processos de desenvolvimento. Processos estes que não podem ser replicados ou transferidos de um território para outro, embora se reconheçam aprendizados.

A partir dos conceitos de Ratzel, Pecqueur e Rafestin, é possível afirmar que desenvolvimento territorial é construção contínua de seus atores, possui dinâmica própria e estratégias de desenvolvimento podem ser pensadas a partir deste princípio. Para tanto, considerar especificidades locais nomeadamente seus ativos territoriais no momento de pensar o desenvolvimento é importante, principalmente num cenário de avanço da globalização onde não apenas produtos buscam se diferenciar e tornar-se competitivos, mas também territórios.

Um elemento importante nas discussões do desenvolvimento territorial é a sustentabilidade ambiental. Embora a dimensão econômica possua significativa importância a dimensão ambiental também se incorporam à discussão. Trata-se da tentativa de estimular um Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), termo que ganhou força principalmente a partir de discussões relacionadas ao desenvolvimento rural.

Entre as várias estratégias para promoção do DTS no Brasil, vem emergindo discussões relacionadas as contribuições das Indicações Geográficas (IGs) para o fortalecimento de territórios, sobretudo aqueles territórios rurais, fragilizados economicamente.

IGs surgiram na antiguidade para garantir a origem dos produtos e conforme ganhavam notoriedade passaram a diferenciar não apenas produtos mas também territórios e a incorporar vantagens, principalmente na dimensão econômica, entretanto não se restringindo a esta. O Brasil possui grande potencial para reconhecimento de IGs em função de sua extensão territorial, diversidade de climas, miscigenação de culturas e, nos últimos anos, o reconhecimento de produtos com IG tem aumentado significativamente. Até abril de 2018 o Brasil contava com cinquenta e seis IGs reconhecidas, distribuídas por todas as regiões, com predominância no sul, sudeste e nordeste do país.

A partir deste contexto, o artigo se propõe a discutir a relação entre as IGs e o DTS a partir de três objetivos: (i) caracterizar IGs e identificar suas contribuições para a promoção do DTS; (ii) identificar a metodologia atual de trabalho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em relação ao estímulo de Igs no estado de Santa Catarina; e (iii) relacionar esta metodologia com o estímulo ao DTS em Santa Catarina.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente a pesquisa é classificada quanto aos fins como exploratória e quanto aos meios como estudo de caso por se propor a analisar a atual metodologia de trabalho do MAPA no estímulo as discussões de IG em Santa Catarina. Na etapa exploratória foram realizadas pesquisas bibliográficas ancoradas em literatura nacional e internacional que abordam tanto temas tradicionais como emergentes relacionados a IGs e ao DTS.

Paralelamente à realização da pesquisa bibliográfica, o pesquisador participou como observador em reuniões de IGs em várias regiões do estado de Santa Catarina e de oficinas de capacitação em Indicação Geográfica e DTS promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujo objetivo era capacitar técnicos a partir da nova metodologia de trabalho utilizada pelas duas instituições nos trabalhos relacionados à IGs no Brasil. Em um segundo momento ocorreu o levantamento de dados primários através da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos atores mais atuantes do MAPA em relação a projetos de IG no estado de Santa Catarina. Por se tratar de abordagem qualitativa, o tratamento e a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas foi efetuado através de tratamento na forma de categorias analíticas/operativas.

## 3 DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O território pode se apresentar sob a perspectiva do território construído. Neste caso, território é resultado de processo de construção pelos atores. Território não é postulado, é constatado a posteriori. Isto significa dizer que território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios (PECQUEUR, 2005).

Territórios seriam então realidades em movimento, nas quais imperam relações sociais. A noção de território designa aqui resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais (CARRIÁRE e CAZELLA, 2006 p.33). São resultados da maneira como sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução, o que abre interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação (ABRAMOVAY, 2006).

Neste sentido, a noção de território abre caminho para avanço no estudo do próprio desenvolvimento já que sugere ênfase na maneira como diversos atores (privados, públicos e associativos) relacionam-se no plano local. O processo de desenvolvimento é resultado da forma específica como são usados fatores materiais e imateriais disponíveis, com base nestas relações (ABRAMOVAY, 2006).

Corroborando com Abramovay (2006), Jean (2010) lembra que não basta apenas demarcar, construir territórios. É necessário também desenvolvê-los. Surge então o desenvolvimento territorial que, de acordo com Pecqueur (2005) é resultado de uma construção dos atores do território e onde políticas públicas apropriadas podem estimular e mobilizar esses atores. Essa construção só pode ser concebida com uma dinâmica e, portanto, inserida no tempo. Trata-se de estratégia de adaptação na medida em que esse processo é reativo em relação à globalização. Em outros termos, essa estratégia visa permitir aos atores dos territórios reorganizarem a economia local face ao crescimento das concorrências na escala mundial (PECQUEUR, 2005).

Nesta esteira de pensamento Benko e Pecqueur (2002) reforçam que territórios podem oferecer recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado. Trata-se, portanto, de entender que o desenvolvimento a partir do local pode se substanciar na capacidade da comunidade de “colocar valor” ao território e, em particular, a aqueles recursos que não podem ser encontrados em outro lugar e que podem constituir elemento de diferenciação, formando certos *plus* competitivos em torno dos quais se poderiam construir estratégias de desenvolvimento territorial (POLLICE, 2010).

Contudo, é preciso considerar a dimensão de sustentabilidade ambiental ao estimular o desenvolvimento territorial. E é a partir da incorporação desta dimensão que surge o conceito de DTS que perpassa por elementos do conceito de desenvolvimento sustentável e conceito de desenvolvimento territorial.

Jean (2010) afirma que o elo entre desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável poderia passar pela ideia de articular adequadamente uma pluralidade de espaços de desenvolvimento que permite a determinado território alcançar um estado de resiliência. Os grandes princípios do desenvolvimento sustentável e princípios que sustentam teorias do desenvolvimento territorial não estão tão distanciados. Eles convergem num ponto fundamental: reconhecimento das capacidades dos atores sociais que constroem dia a dia o território onde se articula uma pluralidade de lógicas de desenvolvimento.

Há relativo consenso entre pesquisadores que o termo DTS ganha força nas discussões relacionadas ao desenvolvimento territorial rural principalmente através de iniciativas como a do Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial (DRSET)<sup>1</sup> proposta pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Entretanto, os desafios para a promoção do DTS, particularmente em espaços rurais, são grandes. Jean (2010) destaca pelo menos três destes desafios que precisam ser superados: um novo sistema de governança; reconhecimento da multifuncionalidade dos territórios rurais e definição de uma política rural baseada em capacidades de aprendizagem da população e na interdependência, na solidariedade rural-urbana e na consolidação das capacidades de desenvolvimento da comunidade.

Ainda segundo Jean (2010), projetos de DTS exitosos são aqueles capazes não de destruir, mas sim de integrar passado no presente e no futuro. Nas eternas discussões entre a tradição e modernidade não se deve escolher entre uma ou outra. É preciso pensar projetos de desenvolvimento respeitando e mantendo tradições e ao mesmo tempo manter também a capacidade de inovar. A inovação (técnica, social, institucional) é a que pode, em muitos casos, garantir o futuro. A tudo isso deve-se atentar também para a cidadania que precisa ser assegurada.

---

<sup>1</sup> Essa iniciativa foi concebida como um processo que visa à transformação da dinâmica de desenvolvimento do território mediante uma distribuição ordenada das atividades produtivas, em conformidade com seu potencial de recursos naturais e humanos, pondo em marcha no território políticas econômicas, sociais, ambientais e culturais sustentadas em processos descentralizados e participativos. Essas características reforçam a adoção de um tratamento sistêmico e integral da realidade pelo DRSET, considerando, sobretudo, a multidimensionalidade e intertemporalidade dos processos de desenvolvimento (ARAUJO e CANDIDO, 2015).

#### 4 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Para a *World Intellectual Property Organization* (WIPO), indicações geográficas podem ser definidas como “*un signo utilizado para productos que tienen un origen geográfico concreto y posuen cualidades o una reputación derivadas específicamente de su lugar de origen*” (LIMA, 2013 p.214).

No Brasil, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)<sup>2</sup> é órgão responsável por reconhecer IGs de produtos e serviços. Na definição do órgão IGs<sup>3</sup> se referem a produtos ou serviços que tenham origem geográfica específica. Seu registro reconhece reputação, qualidades e características que estão vinculadas ao local. Como resultado, elas comunicam ao mundo que certa região se especializou e tem capacidade de produzir um artigo diferenciado e de excelência (INPI, 2014.)

IGs podem contribuir para desenvolvimento das regiões onde estão inseridas a partir de várias dimensões. Mas é, sobretudo, a dimensão econômica que acaba prevalecendo. Nas experiências europeias mais consolidadas, produtos agregam valor, aumentam vendas nos mercados em que já atuam e tem melhores condições para se inserir em novos mercados. Ou seja, seus produtos acabam tornando-se mais competitivos (PELLIN, 2016).

Além disso, produtos reconhecidos com IG podem estimular geração de empregos, questão importante principalmente para zonas rurais fragilizadas economicamente e que apresentam elevados índices de êxodo rural. Em muitas destas áreas rurais, a mecanização dos processos de produção pode ser difícil e onerosa e métodos tradicionais de produção podem ser única alternativa para manter atividades e gerar emprego e renda local (EUROPEAN COMMISSION, s.d).

Ainda no campo econômico, IGs oferecem contribuição importante no estímulo ao surgimento de atividades complementares que, podem não ter relação direta com o produto, mas contribuem para fortalecimento do território onde estão inseridas.

Neste sentido, o turismo<sup>4</sup> é o segmento que mais se beneficia do reconhecimento de uma IG. Cerdan *et al.*, (2014) destacam o exemplo de Roquefort, na França onde a notoriedade do queijo promove o território ao estimular uma oferta turística localizada. É o que Pecqueur (2001) classifica como “cesta de bens e serviços de um território”. Existe um produto líder reconhecido e vários outros produtos que podem ser comercializados paralelamente.

Contudo, embora benefícios econômicos sejam os mais destacados e lembrados, existem outros benefícios importantes que podem ser produzidos a partir do reconhecimento do produto e/ou serviço com IG e que devem ser considerados. São estes benefícios que aproximam a IG dos princípios do DTS.

A proteção de produtos relacionados ao território estimula dimensão social na medida em que produtores precisam se associar para solicitar reconhecimento do produto ou serviço. Neste caso ocorre inevitavelmente um fortalecimento dos

<sup>2</sup> De maneira geral, a legislação brasileira é relativamente sucinta em relação às IGs. Basicamente se fundamenta na Lei n.º. 9.279/1996, Resolução n.º. 075/2000 e na Instrução Normativa 25/2013.

<sup>3</sup> No Brasil as IGs se dividem em Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). De maneira objetiva, IP exige somente notoriedade do local de origem dos produtos e/ou serviços. A DO exige comprovação de produto e/ou serviço possui qualidade ou característica<sup>3</sup> que se deve essencialmente ao local (meio geográfico) de origem considerando-se fatores naturais como clima, solo dentre outros e fatores humanos como modo de fazer (BRUCH *et al.*, 2010; SILVA *et al.*, 2010).

<sup>4</sup> Nesta relação entre IG e turismo, a vitivinicultura se destaca como campo fértil. Segundo a Associação dos Produtores dos Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE) estima que a região recebeu aproximadamente 300 mil turistas em 2014.

vínculos sociais entre atores locais e, destes com atores externos públicos e privados (EUROPEAN COMMISSION s.d). Esta dimensão coletiva acaba fortalecendo o capital social da região, elemento importante para promoção do DTS.

Por estar pautado nos saberes, modo de ser e de fazer local o reconhecimento de produtos e serviços com IG serve de apoio para preservação do patrimônio material e imaterial. Representam importante ferramenta para DTS ao permitir que territórios promovam produtos através da autenticidade da produção ou peculiaridades ligadas a sua história, cultura ou tradição, estabelecendo o direito reservado aos produtores estabelecidos no referido território (DULLIUS, 2009). Trata-se de uma apropriação devida e um reconhecimento legítimo aos conhecimentos tradicionais regionais (LIMA, 2013 p.213).

Neste sentido se constituem em exemplos concretos de como um conhecimento tácito, que é socialmente distribuído, pode gerar importantes nichos de mercado servindo de suporte para uma competitividade territorial sustentável. Um exemplo emblemático pode ser observado na região de Midi-Pyrénées, na França. Nesta região o conhecimento tácito distribuído permitiu que esta pequena localidade fabricasse o queijo Roquefort. Não há fábricas de queijo, mas todos da comunidade sabem como fabricar e qualquer consumidor em qualquer parte do mundo sabe que se trata de um produto caro devido à qualidade elevada (BOISIER, 2002).

A aposta na tipicidade dos produtos é ainda mais importante em regiões agrícolas fragilizadas<sup>5</sup>, onde produtores rurais têm dificuldades de tonar seus produtos competitivos no mercado em virtude de não conseguirem reduzir custos de produção. Nestes casos, a IG pode tornar a produção sustentável economicamente, contribuindo para minimizar problemas comuns em regiões rurais como o êxodo rural entre os jovens (CERDAN *et al.*, 2014).

Outro ponto importante se relaciona com a capacidade das IGs em promover preservação e valorização do patrimônio biológico e cultural. Trata-se, por exemplo, de valorizar a biodiversidade. Como muitas IGs estão baseadas em recursos genéticos locais, sua preservação acaba sendo fundamental, uma questão de sobrevivência (EUROPEAN COMMISSION, s.d). Há alguns exemplos emblemáticos de IGs brasileiras baseadas em recursos genéticos locais e que valorizam sua biodiversidade. O vinho dos Vales da Uva Goethe é produzido a partir de uma variedade de uva que estava desaparecendo na região (variedade Goethe) e o Regulamento de Uso da produção de carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional<sup>6</sup> prevê uma exploração consciente dos campos do Pampa Gaúcho para a alimentação do gado bovino (CERDAN *et al.*, 2014).

Finalmente, IGs também podem desempenhar papel importante na proteção, gestão ou criação de paisagens, já que seus produtos carregam a imagem do território onde são produzidos – vinhedos da região de Bordeaux na França, vinhedos da Serra Gaúcha, campos verdes do Pampa Gaúcho, ou seja, permite uma relação possível entre produção e preservação ambiental (CERDAN *et al.*, 2014).

---

<sup>5</sup> Um exemplo que pode ser citado é a produção de queijos na França. A maioria das Denominações de Origem deste produto são produzidas em regiões montanhosas (CERDAN *et al.*, 2010).

<sup>6</sup> A ONG internacional “BidrLife”- um movimento de conservação da natureza e dos pássaros - tem demonstrado interesse em se associar aos produtores da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional nas suas ações de conservação do Bioma Pampa (CERDAN *et al.*, 2014).

## **5 – ESTUDO DE CASO: A EXPERIÊNCIA DO MAPA NO ESTÍMULO AO DTS EM SANTA CATARINA A PARTIR DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS**

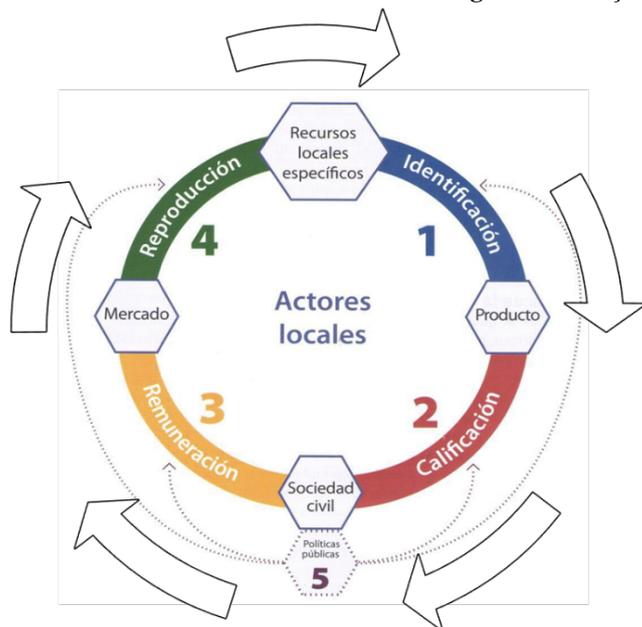
Até o ano de 2010 a metodologia de trabalho do MAPA era direcionada para a estruturação do projeto de solicitação de registro de IG para produtos e serviços e finalizava com o depósito deste projeto no INPI. Para isso a instituição utilizava como uma de suas principais ferramentas de trabalho a capacitação de interessados na temática através de cursos e treinamentos<sup>7</sup>.

Com a evolução e amadurecimento das discussões de IG no Brasil o MAPA modificou sua metodologia de trabalho. A nova metodologia foi inspirada em proposta de trabalho estruturada conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Rede Internacional de Pesquisa sobre Indicações Geográficas (SINER-IG), instituição financiada pela União Europeia. A metodologia pode ser sintetizada na figura a seguir:

---

<sup>7</sup> O principal curso que buscava cumprir essa função de capacitação era o curso a distância de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio viabilizado através de uma parceria com a UFSC e que, em seu módulo II, trata especificamente de Indicações Geográficas.

Figura 1 - Circulo Virtuoso de la Calidad al Origen "Promoção do DTS



Fonte: Adaptado de Vandecandelaere *et al.*, (2010 p.03)

Segundo Vandecandelaere *et al.*, (2010) a metodologia da FAO e da SINER-IG procura estimular o DTS através do reconhecimento de IGs considerando: (i) a identificação dos recursos locais e suas potencializadas; (ii) a qualificação do produto com IG através da definição de regras de produção e de preservação dos recursos locais; (iii) implantação de um sistema de gestão de IG, permitindo, entre outras questões, a agregação de valor ao produto e aumento no volume de vendas; e (iv) reprodução local dos produtos, garantindo a sustentabilidade do sistema.

O primeiro passo é a identificação dos produtos e recursos locais necessários para sua produção. Isso depende, em grande medida, da consciência dos produtores locais em relação às potencialidades relacionadas aos produtos. Em muitos casos a identificação de uma reputação local para produtos, assim como o vínculo destes produtos com o território, dependem de estudos e análises técnicas e científicas (história do produto, composição do solo, clima, etc.). Nestes casos, o apoio de instituições de pesquisa, públicas ou privadas é fundamental (VANDECANDELAERE *et al.*, 2010).

O passo seguinte é a qualificação. É a fase mediante a qual a sociedade (consumidores, instituições públicas, atores com relação direta ou indireta com produto) deve conhecer o valor agregado do produto que está relacionado ao território. É necessária uma descrição precisa das características do território, do processo de produção e dos atributos do produto e a proteção deste produto com IG passa a ser fundamental para proteger o vínculo entre produto e território. Por isso, nesta fase os produtores devem estabelecer condições e critérios de produção (regulamento de uso). Este processo é de fundamental importância para garantir a qualidade do produto aos consumidores e, com isso, sua produção (VANDECANDELAERE, *et al.*, 2010).

A fase de remuneração consiste em estabelecer mecanismos nos quais a sociedade (neste caso, consumidores) esteja disposta a pagar mais por um produto com características próprias e com custos de produção superior a um produto industrial, garantido assim um nível de rentabilidade e de sustentabilidade para a

produção. Para tanto, a comercialização destes produtos requer estratégias coletivas ancoradas principalmente na reputação do produto no mercado. Neste caso, é importante contar com uma estrutura coletiva para administrar tanto a produção, quanto a comercialização dos produtos, investir em circuitos curtos e marketing territorial (VANDECANDELAERE, *et al.*, 2010).

A reprodução dos recursos locais, por sua vez, se preocupa com a sustentabilidade em longo prazo (em todas as suas dimensões) da produção. Esta fase depende muito do sucesso das fases anteriores (identificação, qualificação e remuneração) e de seus impactos nas dimensões econômica, social e ambiental do território. Além disso, uma eficiente reprodução dos recursos locais poderia impactar positivamente outras atividades econômicas do território e neste caso, estimular uma estratégia de desenvolvimento territorial ampliada. Entretanto, a reprodução dos recursos locais não é automática e depende da atitude dos atores locais, das relações econômicas entre elas e da gestão destes recursos. É necessário que os benefícios produzidos sejam distribuídos ao longo de toda a cadeia de atores da maneira mais equitativa possível. A reprodução dos recursos locais deveria assegurar que o meio ambiente, paisagem, cultura, tradições e relações sociais não serão afetados negativamente pela atividade econômica (VANDECANDELAERE, *et al.*, 2010).

Neste cenário as políticas públicas desempenham papel importante ao longo do circuito atuando em todas as fases representadas por atores de vários níveis (municipal, estadual, federal) que devem proporcionar um marco jurídico e institucional adequado para o reconhecimento, regulação e proteção dos direitos de propriedade coletivos das IGs. Em um segundo momento, precisam criar as condições necessárias para fomentar o desenvolvimento dos produtos vinculados ao território a fim de favorecer e estimular os impactos positivos nas dimensões econômica, social e ambiental (VANDECANDELAERE, *et al.*, 2010).

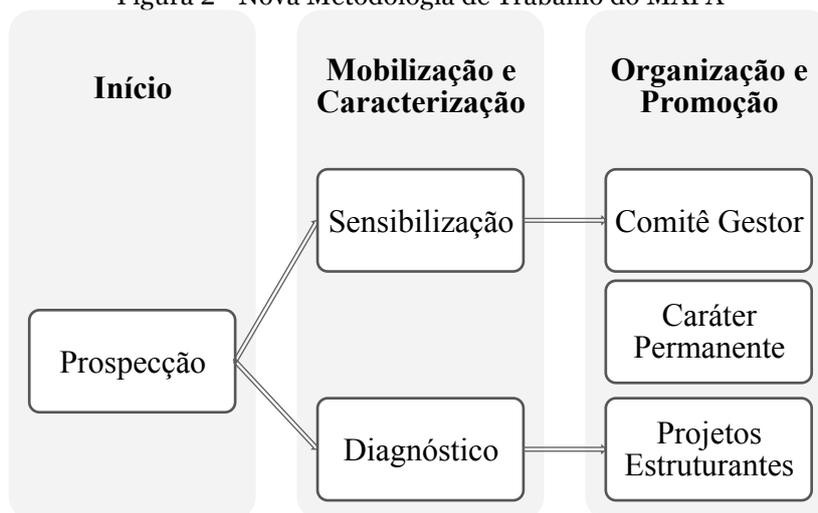
Essa nova metodologia passou a ser utilizada pelo MAPA logo após um diagnóstico que a instituição realizou em 2010 com IGs agroalimentares reconhecidas até aquele momento. Este diagnóstico identificou que a grande maioria das IGs não conseguiu transformar o reconhecimento em vantagem para produtores e, menos ainda, para o território.

Num primeiro momento a gente trabalhou muito com a visão de reconhecer as IGs, com o processo de registro das IGs junto ao INPI. Era montar todo o processo, a documentação, montar um dossiê e entregar ao INPI. Em 2010 a gente resolveu fazer um estudo, uma avaliação do que estava acontecendo com as IGs no Brasil. Naquela época tínhamos 07 ou 08 IGs reconhecidas e uma coisa que a gente percebeu naquela ocasião era que elas estavam reconhecidas, mas não estavam gerando benefícios nem para produtores, nem para o território. Estavam com a proteção da figura da IG, mas como o papel do MAPA é produzir desenvolvimento territorial, a gente viu que a maioria daquelas IGs não estavam trazendo essa contribuição. A maioria delas existia no papel, mas não existia de fato. Não tinha o produto. Algumas tinham uma baixa adesão dos produtores, dos interessados. Ali a gente começou a discutir internamente como podíamos trabalhar essas questões. Chegamos a conclusão de que precisaríamos trabalhar em duas grandes fases: uma antes do processo de reconhecimento da IG, ou seja antes de conseguir o registro da IG. Era necessário fazer um trabalho para que as pessoas dentro do território e que tem o produto vinculado ao território pudessem entender o que é uma IG. Entendessem a questão da territorialidade, de como isso poderia ser utilizado. Da paisagem, do sentimento de pertencimento. De como isso poderia ser utilizado em benefício da IG para produzir o desenvolvimento e trazer algum benefício socioeconômico para a região. Então a gente passou a focar o nosso trabalho nessa fase de sensibilização, de identificação dos produtos, da valorização

das pessoas dentro do território, da informação para essas pessoas do que é uma IG, o que tem por trás de uma IG. E passamos a focar também na organização da cadeia produtiva, dos agrupamentos. Em um segundo momento vem a construção do processo de reconhecimento que vai sendo produzido na primeira etapa mas sem ter um prazo específico para que isso aconteça. (...) Também passamos a trabalhar mais no pós reconhecimento. Ou seja, uma vez reconhecida a IG como se estrutura e se administra uma IG para que ela possa fortalecer o território onde está inserida. Essa é mais ou menos a estratégia que nós estamos utilizando, a partir de 2011 (Entrevistado MAPA).

De acordo com Ramos (2012) a nova metodologia, inspirada no círculo virtuoso de *la calidad vinculada al origen*, possui três etapas distintas: (1) prospecção; (2) mobilização e caracterização; e (3) organização e promoção.

Figura 2 - Nova Metodologia de Trabalho do MAPA



Fonte: Adaptado de Ramos (2012)

Na etapa de prospecção se busca identificar produtos agropecuários com potencial para desenvolvimento de IGs. Nesta etapa se fornecem informações que procuram subsidiar processos de tomada de decisão sobre ações futuras e também adequação da demanda aos possíveis apoios que poderiam ser oferecidos pelo MAPA. Identificam-se também possíveis clientes, parceiros, lideranças e atores chaves que podem subsidiar planejamento e execução da próxima etapa da metodologia (a sensibilização e o diagnóstico) para organização da cadeia produtiva. Nesta etapa o objetivo é formar e alimentar um banco de dados sobre potenciais iniciativas de valorização de produtos, pessoas envolvidas e território de origem do produto (RAMOS, 2012).

A etapa seguinte é mobilização e caracterização e envolve sensibilização e diagnóstico. Na sensibilização se procura desenvolver ações relacionadas à organização dos produtores destacando a responsabilidade coletiva sobre questões relacionadas ao processo produtivo e qualidade dos produtos. Além disso, a fase de sensibilização procura oferecer visão clara das potencialidades do produto para conquista de novos mercados e agregação de valor em razão de sua qualidade específica, bem como ideia em relação aos investimentos financeiros necessários para criação, implantação, desenvolvimento e sustentabilidade do empreendimento. Nesta fase também começam a ser tratadas questões relacionadas a mediação de conflitos que podem surgir no decorrer do processo. Na fase do diagnóstico procura-se efetuar caracterização do produto (descrição das características que lhe conferem

notoriedade e diferenciam de outros produtos), caracterização do processo produtivo, inclusive com custos (descrição das técnicas de produção, principalmente as que influenciam sua tipicidade), caracterização da cadeia produtiva (descrição de todos os segmentos envolvidos na cadeia), caracterização do mercado (em relação ao posicionamento do produto no mercado – concorrência, percepção dos consumidores, etc.), história da produção, aspectos culturais e tradicionais do produto, área de abrangência, impactos econômicos (benefícios diretos e indiretos para produtores e região), impactos sociais (situação atual e esperada em relação a geração de emprego, condições de trabalho, nível de renda, escolaridade, identidade, autoestima, envolvimento coletivo, inclusão e equidade da distribuição dos benefícios) e, finalmente, diagnóstico dos impactos ambientais (valorização da biodiversidade, preservação da paisagem, etc.) (RAMOS, 2012).

O diagnóstico é interessante da forma que nós estamos trabalhando. Você junta os dados socioeconômicos do produto mas esse não é o ponto central. O ponto central é você identificar principalmente quem são os atores, e que tipo de conflitos existem entre eles. Que tipo de conflito de interesses eles tem. Porque o sucesso de uma IG está na gestão dos conflitos de interesse. (...) É você identificar os conflitos de interesses e trabalhar esses conflitos de maneira a chegar a um caminho que seja bom para todos (Entrevistado MAPA).

Há uma preocupação, portanto, com a identificação precoce de possíveis conflitos e sua gestão. Para o MAPA esta questão é fundamental e pode ser determinante para o sucesso da IG. Trata-se da importância da sustentabilidade política do desenvolvimento que, segundo Mantovaneli Jr. e Sampaio (2010), considera a relação entre interesses e percepções dos vários atores envolvidos nas discussões.

A terceira e última etapa está relacionada com organização e promoção. O enfoque passa a ser organização da produção e principalmente definição de estratégias para colocação do produto no mercado. É nesta etapa que são definidas estratégias de marketing, mercados em potencial, canais de distribuição, entre outras ações (RAMOS, 2012).

Ainda segundo Ramos (2012), essa nova metodologia de trabalho considera a existência de quatro grupos de atores no processo:

- a) **Atores envolvidos diretamente no processo e cadeia produtiva:** são os atores que fabricam o produto ou prestam o serviço, atores que fornecem insumos para produção, que distribuem e comercializam a produção etc.
- b) **Atores da cadeia expandida ou atores indiretos:** trata-se dos atores que não estão diretamente ligados a cadeia produtiva, mas que podem se beneficiar direta ou indiretamente do reconhecimento da IG. Neste grupo estão principalmente os atores relacionados ao trade turístico: hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo etc. Dependendo da característica do produto reconhecido com IG e de sua cadeia produtiva podem ser em grande ou pequeno número e com grande ou pequena atuação.
- c) **Atores apoiadores:** são atores de várias esferas (municipal, estadual, nacional) que podem atuar, em algum momento, no processo de reconhecimento e pós- reconhecimento da IG. Neste caso a metodologia prevê a necessidade de, em alguns momentos, trabalhar com estas instituições separadamente para evitar ou amenizar possíveis conflitos de

ideias, objetivos, atuação etc. Em muitos casos são instituições de esferas diferentes onde é preciso definir o papel de cada uma para evitar superposição. Com isso é possível diminuir os conflitos entre elas e potencializar sua atuação.

- d) **Atores da Governança:** trata-se dos atores tomadores de decisão, principalmente da área política, não se restringindo, entretanto, a ela. Neste grupo estão as lideranças das instituições públicas, associações, associações comerciais, associações de municípios, ONGs etc. que podem também atuar como apoiadoras mas cujo seus atores exercem papel de liderança na região, tomando decisões. Em muitos casos a metodologia prevê a organização de reuniões específicas com especialistas para tratar da governança e de como mobilizar os atores do território. Neste grupo um componente complicador pode ser a preferência político partidária. Para tanto é necessário trabalhar essa questão de tal maneira que não se torne um empecilho para o desenvolvimento da experiência.

Uma atividade importante desenvolvida pelo MAPA é a capacitação dos vários grupos de atores. Neste sentido a instituição oferece um curso à distância de propriedade intelectual e inovação no agronegócio em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A nova metodologia utilizada prevê uma reformulação deste curso buscando como público alvo os atores e as lideranças locais. Além disso, a instituição está apoiando a elaboração de um segundo curso direcionado ao desenvolvimento territorial. Neste caso o foco central do curso é o desenvolvimento territorial e a IG será apresentada como uma das ferramentas para estímulo deste desenvolvimento. Este novo curso está sendo construído através de uma parceria entre o MAPA e pesquisadores de várias universidades de Santa Catarina, com destaque para a UFSC que deverá operacionalizar.

O curso inicial que nós fizemos era focado no registro. Fizemos quatro edições. Fizemos dois cursos de propriedade intelectual do agronegócio que aí envolvia tudo (marcas, patentes, desenho industrial etc) e quatro cursos sobre IG. Esses quatro cursos de IG eram voltados sobretudo para a montagem do processo de registro. Orientação para montagem do registro, baseado na visão que tínhamos anteriormente. Até falávamos da necessidade de organização dos atores, mas superficialmente. Abordávamos a legislação, construção do regulamento de uso, do conselho regulador etc. Hoje nós estamos trabalhando em duas propostas novas: uma é a reformulação desse curso, ou seja, a quem era direcionado esse curso primeiro? Era direcionado a profissionais da área: agrônomos, veterinários, biólogos. Um público com nível superior, visando capacitar esse pessoal para identificar o que poderia ser uma IG e montar o processo de registro dessa IG. Agora nós estamos reestruturando esse curso para ele ter como público alvo os atores locais. Então não precisa ser um profissional da área. Pode ser uma liderança dentro do território e que tenha capacidade de entender o processo. E eu acho que se pudermos fazer um curso que seja acessível a toda a comunidade, melhor ainda. Só que isso depende de uma adequação de linguagem, gramática diferente para que a comunidade possa entender. Isso ainda estamos vendo. Mas de concreto o que temos é que vamos oferecer um curso para as lideranças locais. A segunda proposta é um curso voltado para o desenvolvimento territorial, onde a IG não é o foco central. Ela passa a ser uma ferramenta, uma das ferramentas. O foco central é o desenvolvimento territorial. Ai além da IG o curso trabalharia outras estratégias, mas com essa visão do desenvolvimento territorial, de identidade territorial. O que é o território? O que é a territorialidade? É como as pessoas vivem. O limite físico do território é delimitado pela relação entre as pessoas, pelos seus laços, pela sua identidade e não por uma delimitação geográfica. Estamos

com uma equipe de pesquisadores de várias universidades para trabalhar isso e com uma parceria com a UFSC (Entrevistado MAPA).

De certa forma, a reestruturação do curso sobre IGs e a criação de um novo curso com enfoque no desenvolvimento territorial reforça a intenção da instituição em estimular o desenvolvimento territorial sustentável. Em relação ao primeiro curso isso pode ser observado na mudança do público alvo que, a partir desse momento, passa a ser as lideranças locais. Há uma tentativa, portanto, de capacitar protagonistas para o processo. A estruturação do segundo curso propõe uma abordagem territorial do desenvolvimento privilegiando além da dimensão econômica, dimensões sociais, culturais e ambientais do desenvolvimento. Neste caso, se trata de estimular, entre outras questões, um sentimento de pertencimento entre produtor, produto e território.

Embora esta nova metodologia de trabalho seja relativamente recente é possível identificar alguns resultados positivos em pelo menos duas experiências de discussão de IG que ocorrem em Santa Catarina. De acordo com o MAPA, ao empregar a nova metodologia de trabalho foi possível avançar consideravelmente nas discussões da IG do Queijo Serrano, na região serrana catarinense e nas discussões da IG da Erva Mate no território do Contestado, também em Santa Catarina.

Quem vendia um queijo a R\$ 6,00 ou R\$ 7,00 a pouco tempo atrás está agora vendendo a R\$ 30,00, R\$ 40,00. Agora eles valorizam a sua produção. Esses são os ganhos financeiros. Mas os ganhos principais nem são esses. São os da cadeia e da região. Por exemplo, a região se tornar conhecida como produtora de um produto diferenciado. Das pessoas que estavam sem perspectiva de futuro e agora fazem com que seus filhos se interessem pela produção. As famílias estão começando a construir suas queijarias e organizarem sua produção. Essa ideia do bem estar, do se sentir feliz no que se faz, de se sentir feliz onde você mora é o mais importante. E isso está presente nos produtores da experiência. A relação entre eles melhorou muito também. Eles não tinham nenhuma relação entre eles e em torno da atividade e hoje eles possuem uma associação onde se reúnem, discutem e debatem seus problemas, sua produção. E eles nem tem o registro de IG ainda. Todos estes ganhos vêm ocorrendo ao longo da cadeia. E a cadeia vem passando por um processo de maturação forte que a partir do momento que eles receberem o registro de IG, eles estão preparados para seguir adiante. E o importante nessa experiência é que ela está envolvendo várias instituições diferentes de várias esferas governamentais. Temos instituições estaduais (Epagri), temos instituições federais (MAPA), temos instituições locais (consórcios de municípios), temos a EMATER, já que a área geográfica abrange municípios de SC e RS e todos estão trabalhando de maneira harmoniosa. As instituições como Epagri e Emater se integraram muito bem. A fronteira territorial neste caso é um mero detalhe. (...)Trabalhamos também na experiência da Erva Mate. Nessa experiência nós já começamos com a nossa nova metodologia. Iniciamos em 2011 e esse projeto da erva mate nos ajudou muito a formatar a maneira de trabalhar do Ministério. Então o da Erva Mate nós já começamos dentro dessa nova metodologia, principalmente fazendo o levantamento da região que também envolve dois estados (PR e SC) e é mais complicado do que a do queijo. A logística é complicada porque nessa região há conflitos passados maiores, por exemplo: enquanto na região do queijo serrano existe uma afinidade das regiões que pertencem ao RS e SC, nessa região da Erva Mate há o contrário. Havia no passado uma disputa por terras entre Paraná e SC. Então tem todo esse componente que gera um pouco de conflito. E dentro do próprio território você precisa de um esforço maior para aproximar as pessoas, os atores (Entrevistado MAPA).

Há, portanto, o estímulo a dimensões que estão além da econômica. A nova metodologia procura estimular o capital social do território e uma relação entre produto, produtor e território. É um processo em contínua construção:

A gente consegue ver que a gente está construindo maturidade nesses processos. Os ganhos vão acontecendo ao longo do processo, independente de em que fase você esteja. Os ganhos vão acontecendo a partir do momento que você iniciou o processo e vão crescendo a medida que você vai atraindo os atores e estes atores vão entendendo a ideia do projeto. Na verdade nós estamos propondo uma mudança de visão. É um desafio. É uma mudança cultural e isso vamos percebendo a evolução a medida do tempo e você precisa ser perseverante porque isso não acontece de uma hora para outra. Isso vai acontecendo aos poucos. Muitas vezes você chama os atores, conversa, faz alguma dinâmica, aí você vira as costas e não aconteceu nada. Aí você vai lá novamente, vai trabalhando. Um exemplo bem claro é o que aconteceu no início com o Queijo Serrano. Na visão dos condutores do processo, que eram técnicos, a visão de coletividade precisava ser construída da noite para o dia. Era uma coisa de fora para dentro. O técnico normalmente falava e está falado. Ele tende a assumir um papel de protagonismo muito forte no processo. Imagine só: você reúne vinte ou trinta produtores com baixo nível de convivência em grupo, baixa escolaridade etc. O produtor acaba ficando quieto, não participando da discussão. Aí o técnico, como é mais instruído, ele assume um protagonismo maior, ele conduz as discussões, a tomada de decisão. Daqui a pouco é ele que está construindo o processo. Ele se sente o pai da IG. Então a gente tem trabalhado muito essa questão, principalmente para o grupo dos apoiadores. Eles não podem ser os protagonistas. Nós temos trabalhado muito isso. Muitas vezes fizemos reuniões separadamente com eles justamente para destacar isso. Os protagonistas precisam ser os produtores (Entrevistado MAPA).

Para o MAPA, o produtor precisa ser protagonista da IG e as discussões devem caminhar além das relacionadas com o produto reconhecido e sua cadeia produtiva. É preciso pensar na direção do estímulo a um DTS perpassando necessariamente por considerar atividades complementares que podem se relacionar direta ou indiretamente com o produto ou serviço reconhecido.

No DTS o protagonismo “emancipado”, ou seja, que surge a partir dos próprios atores locais é fundamental e um dos elementos centrais do desenvolvimento. Neste sentido a nova metodologia do MAPA estimula esse protagonismo que pode ser entendido também como a correlação entre a sustentabilidade política, administrativa e econômica do desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Embora IGs ainda estejam em estágio embrionário no país, discussões em relação a possíveis contribuições para o desenvolvimento territorial (sustentável ou não) começam a ganhar certo destaque, principalmente quando se trata de elaborar estratégias para o desenvolvimento rural. Notadamente é na dimensão econômica que se esperam as maiores contribuições como, por exemplo, agregação de valor ao produto e/ou serviço, aumento nas vendas através da conquista de novos mercados ou mesmo expansão de mercados em que o produto e/ ou serviço já está inserido. Para o território o reconhecimento de uma IG pode proporcionar maior visibilidade da região, impulsionando atividades como o turismo que pode fortalecer a economia através da geração de emprego e renda local.

Contudo, mesmo sendo a dimensão econômica a mais lembrada e perseguida, é possível que IGs estimulem outras dimensões que se aproximam dos princípios do DTS. Em primeiro lugar podem ser instrumento importante para estimular ou mesmo fortalecer capital social do território. Enquanto os produtores precisam se associar para requerer o reconhecimento da IG, há inevitavelmente o fortalecimento de vínculos sociais entre estes produtores e estímulo à cooperação entre eles e, deles com atores externos. Em alguns casos produtores que competiam entre si, passam a cooperar. Trata-se, portanto, do estímulo à dimensão social do desenvolvimento. Em relação à dimensão cultural, IGs podem contribuir para preservação do patrimônio material e imaterial do território por ser o modo de produção tradicional componente indispensável para a IG. Nesta dimensão também é possível lembrar de suas contribuições para preservação e valorização do patrimônio biológico a medida que algumas IGs podem estar baseadas em recursos genéticos locais. Por fim podem estimular a dimensão ambiental quando produtos e/ou serviços incorporam a imagem do território onde são produzidos (vinhos, por exemplo). Neste caso, é particularmente importante para o desenvolvimento da atividade turística.

Inspirada em uma metodologia de trabalho da FAO e SINNER-IG, a nova metodologia do MAPA pretende estimular o DTS a partir do reconhecimento de produtos e/ou serviços com IG. Para tanto considera três etapas: (i) prospecção, (ii) mobilização e caracterização e (iii) organização e promoção.

A prospecção não se limita apenas a identificar na região produtos agroalimentares com potencial para reconhecimento, mas também a mapear atores (em seus mais diversos níveis) que poderiam auxiliar no reconhecimento da IG e se beneficiar direta ou indiretamente deste reconhecimento. A partir disso, o objetivo é construir uma rede de trabalho envolvendo estes atores. Trata-se de estimular o desenvolvimento da região a partir de seus ativos territoriais e estimular o capital social, enquanto procura identificar e articular atores locais do território e resguardando os ativos, sustentando-os no tempo e espaço.

A etapa de mobilização e caracterização envolve principalmente a sensibilização dos atores em torno de sua responsabilidade coletiva nas discussões relacionadas a produção e comercialização dos produtos e/ou serviços reconhecidos. É nesta etapa que produtores são capacitados para cooperar entre si e não apenas competir. É a etapa onde frequentemente surgem conflitos e o processo de governança territorial (legítimo e representativo) passa a ser ponto nevrálgico. Interesses coletivos devem estar acima de interesses individuais e isso é particularmente um grande desafio diante do pensamento empresarial, individualista e da cultura política predominante.

A etapa de organização e promoção é uma etapa que ocorre geralmente após o reconhecimento do produto e/ou serviço e, por isso, tem importância significativa para a sustentabilidade do projeto. No Brasil, a grande maioria das ações de apoio a IGs preocupam-se excessivamente com o processo de reconhecimento em detrimento da etapa pós-reconhecimento. Na metodologia do MAPA essa etapa procura desenvolver estratégia para inserir o produto e/ou serviço no mercado através de ações efetivas de marketing ou mesmo a construção de canais de distribuição. Trata-se de dar sustentabilidade, principalmente econômica para a IG.

Por fim, ao analisar a nova metodologia de trabalho do MAPA que está sendo utilizada em Santa Catarina é possível identificar uma forte relação com alguns princípios do DTS que se expressa em vários momentos: (i) a região procura se desenvolver a partir de suas potencialidades e produtores são protagonistas do processo de desenvolvimento; (ii) há estímulo ao desenvolvimento do capital social da região enquanto produtores e atores (em seus mais diversos níveis) discutem

coletivamente ações de desenvolvimento para o território; (iii) produtores passam a cooperar entre si e não apenas competir (superando a visão economicista geralmente predominante); (iv) atores que se beneficiam indiretamente do reconhecimento da IG também são envolvidos no projeto, ampliando a relação de beneficiados; (v) atividades complementares, que podem se beneficiar com o reconhecimento da IG, são estimuladas favorecendo o desenvolvimento territorial da região e não apenas dos produtores e seus empreendimentos; (vi) a metodologia não se limita a estimular a dimensão econômica. Dimensões culturais, ambientais e sociais também estão presentes nas discussões; e (vii) a metodologia estimula um sentimento de “pertencimento” do produtor com o território. O produtor passa a ter orgulho em produzir determinado produto e/ou serviço, de determinada maneira e em determinado território.

Neste contexto, não há dúvidas que a nova metodologia de trabalho utilizada pelo MAPA pode ser considerada a expressão intencional de que IGs podem produzir Desenvolvimento Territorial Sustentável.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NIEMAN, G. (comp.). Desarrollo rural: Organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: CICCUS, p.51-70, 2006.

ARAUJO, Rodrigo Otávio Andrade; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. Tecnologia social e inovação social: interação indutora do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. Revista Espacios. Vol.33 nº 13. 2015.

BENKO, George e PECQUER, Bernard. Os recursos do território e os territórios de recursos. Geosul, 32. 2002.

BOISIER, Sergio. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. In BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Org). Respostas regionais aos desafios da globalização. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 308 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Texto de Discussão n 4. NEAD. Brasília, 2003.

BRUCH, K. L.; VITROLLES, D; LOCATELLI, L. Estudo de Caso: IP Vale dos Vinhedos, IP Paraty e IP Vale do Submédio São Francisco. In CERDAN, Clarie Marie; BRUCH, Kelly Lissandra; SILVA, Aparecido Lima da. Curso de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio: Módulo II – Indicação Geográfica. MAPA. Florianópolis SEaD/UFSC/FAPEU. 2010.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. EISFORIA, Florianópolis, V, 04 p. 23-47, Dez. 2006.

CERDAN, C.; BRUCH, K; VITROLLES, D.; Gestão e controle pós-reconhecimento das indicações geográficas. IN Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

organização Claire Marie Cerdan, Kelly Lissandra Bruch e Aparecido Lima da Silva. – 2ª ed. – Brasília: MAPA, Florianópolis: SEAD/UFSC/FAPEU, 2010. 376 p.

CERDAN, C. M. T; BRUCH, K. L; SILVA, A, L.; COPETTI, M.; FÁVERO, K. C.; LOCATELLI, L. Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários: importância histórica e atual. IN. PIMENTEL, L. O. (Org). Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 4ª Edição, Florianópolis: FUNJAB, 2014. 415 p.

DULLIUS, P. R. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: as experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade de Santa Maria. Santa Maria –RS. 2009.

EUROPEAN COMMISSION, Workshops on Geographical Indications – Development and use of specific instruments to market origin-based agricultural products in African – ACP countries Brussels – Belgium (s.d). Disponível em: [http://ec.europa.eu/agriculture/events/2014/gi-workshops/training-brochure\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/events/2014/gi-workshops/training-brochure_en.pdf). Acesso em 25 Mar. 2015.

INPI. Resolução nº 75 de 28 de novembro de 2000 do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual. Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas. Disponível em [http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia\\_basico\\_indicacao\\_geografica](http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia_basico_indicacao_geografica). Acesso em 23.Nov.2014.

JEAN, Bruno. Do desenvolvimento Regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In. VIEIRA, P. F. et al. Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: SECCO, 2010.

LIMA, Gilvanda. S. Nunes. Maria do Socorro. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial Sustentável. In. RUSSO, Suzana Leitão; SILVA, Gabriel Francisco da. (Org) Capacite – Exemplos de inovação tecnológica. São Cristóvão. Editora da UFS, 2013. 240 p.

MANTOVANELI Jr. Oklinger. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Governança para o desenvolvimento territorial sustentável. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, nº 18. Dezembro 2010.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Raízes, Campina Grande, Vol. 24 n. 01 e 02, p. 10 – 22, jan/dez 2005.

PECQUEUR, Bernard. Qualité e développement territorial: l' hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. Paris. Economie Rurale, nº. 261, 2001.

PELLIN, Valdinho. Indicações geográficas (IGs), políticas públicas e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise a partir do processo de discussão da IG para chope e cerveja artesanal da região de Blumenau (SC), em sua arena pré-decisional. 320 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau, 2016.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. Revista Espaço e Cultura. N. 27. UERJ – RJ. Jan. / jun. 2010

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo. Ática, 1993.

RAMOS, José Carlos. A atuação do MAPA para o desenvolvimento das indicações geográficas brasileiras. In: Workshop Catarinense de Indicações Geográficas. 2012. Trabalho não publicado.

RATZEL, F. Geografia do homem. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

SILVA, Aparecido Liam da; CERDAN, Claire; VELLOSO, Carolina Quiumento; VITROLLES, Delphine; delimitação geográfica de área: homem, história e natureza. IN CERDAN, Clarie Marie; BRUCH, Kelly Lissandra; SILVA, Aparecido Lima da. Curso de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio: Módulo II – Indicação Geográfica. MAPA. Florianópolis SEaD/UFSC/FAPEU. 2010.

VANDECANDELAERE, Emilie; ARFINI, Filippo; BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea. Linking people, places and products- A guide for promoting quality linked to geographical origin and sustainable geographical indications. Second Edition. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and Siner –GI. Rome – Italy. 2010.

*Submetido em 10/04/2018*

*Aprovado em 15/05/2019*

**Sobre o Autor:**

**Valdinho Pellin**

Graduado em Economia. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento regional da FURB (PPGDR/FURB).Email: pellinorientador@gmail.com